

Leila Fernanda Mendes Everton Rego | Maria de Jesus dos Santos Diniz | Willian Costa Rosa  
Cristiane Dutra Ribeiro Habibe | Daniele de Jesus Moreira Costa | Jailson Araújo Cipriano  
Marcos Aurélio dos Santos Freitas | Maria José de Melo e Alvim Aguiar | Sônia Luzia Nogueira da Fonseca  
(Organizadores)

# SABERES E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO: múltiplos olhares



Leila Fernanda Mendes Everton Rego | Maria de Jesus dos Santos Diniz | Willian Costa Rosa

Cristiane Dutra Ribeiro Habibe | Daniele de Jesus Moreira Costa | Jailson Araújo Cipriano

Marcos Aurélio dos Santos Freitas | Maria José de Melo e Alvim Aguiar | Sônia Luzia Nogueira da Fonseca

(Organizadores)

# SABERES E PERSPECTIVAS

# NA EDUCAÇÃO:

múltiplos olhares



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Saberes e perspectivas na educação: múltiplos olhares

**Diagramação:** Bruno Oliveira  
**Correção:** Yaidy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S115 Saberes e perspectivas na educação: múltiplos olhares / Organizadores Leila Fernanda Mendes Everton Rego, Maria de Jesus dos Santos Diniz, Willian Costa Rosa, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Outros organizadores  
Cristiane Dutra Ribeiro Habibe  
Daniele de Jesus Moreira Costa  
Jailson Araújo Cipriano  
Marcos Aurélio dos Santos Freitas  
Maria José de Melo e Alvim Aguiar  
Sônia Luzia Nogueira da Fonseca

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-258-0556-6  
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.566221409>

1. Educação. 2. Alfabetização. 3. Inclusão escolar. I. Rego, Leila Fernanda Mendes Everton (Organizadora). II. Diniz, Maria de Jesus dos Santos (Organizadora). III. Rosa, Willian Costa (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço, comunicar ou anunciar a novidade.

Paulo Freire

Prezados estudantes e pesquisadores, esta coletânea de dezesseis artigos intitulada ***Saberes e perspectivas na educação: múltiplos olhares***, concatena os esforços dos mestrandos da quarta turma do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica<sup>1</sup> (PPGEEB), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que durante o percurso acadêmico e sob o olhar atento dos seus orientadores, desenvolveram pesquisas resultantes das inquietações no fazer profissional docente na Educação Básica, tal como anuncia a epígrafe.

Os múltiplos olhares que se apresentam no decorrer dos capítulos, transitam em campos diversos da educação como: alfabetização, Educação Infantil, igualdade de gênero, currículo, formação continuada de docentes, Educação Especial e Inclusiva, cultura digital, entre outros, corroborando, dessa maneira, com a educação escolar nas áreas da Pedagogia, Filosofia, Sociologia, Matemática, Química, Biologia, Tecnologia, Arte e Educação Física, em seus diversos aspectos. Todas as contribuições aqui expostas possibilitam reflexões críticas sobre as pluralidades no contexto da Educação Básica, seja para quem ensina, seja para quem aprende.

Do exposto, desejamos que a leitura crítica deste material permita aos profissionais da educação a articulação entre saberes e prática, estimulando a capacidade de dominar, integrar e mobilizar tais saberes, de modo a intervir intencional e conscientemente, quando necessário, na práxis educativa.

Boa leitura!

Leila Fernanda Mendes Everton Rego

---

1 O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) foi aprovado na 157ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em março de 2015. O Mestrado Profissional em Gestão de Ensino da Educação Básica é o segundo da UFMA e é o primeiro da área da educação no Maranhão. O Objetivo do Curso é formar profissionais para desenvolverem saberes, competências e habilidades específicas nas áreas do ensino da Educação Básica, levando em conta a incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias educacionais. Fonte: [https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao\\_stricto.jsf?l=pt\\_BR&idPrograma=1381](https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?l=pt_BR&idPrograma=1381). Acesso em Julho de 2022.



## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 8**

SABERES DOCENTES DO PROFESSOR ALFABETIZADOR: DILEMAS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DE LEITORES


Daniele de Jesus Moreira Costa  
Leila Fernanda Mendes Everton Rego  
Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214091>

### **CAPÍTULO 2..... 20**

ENUNCIÇÕES INFANTIS PARA A ORGANIZAÇÃO DE SITUAÇÕES DE LEITURA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO


Solange Cristina Campos de Jesus  
Samuel Luís Velázquez Castellanos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214092>

### **CAPÍTULO 3..... 30**

A PRESENÇA DAS AÇÕES LÚDICAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL


Dania Rafaela Ferreira Carvalho  
Rita Maria de Sousa Franco  
José Carlos de Melo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214093>

### **CAPÍTULO 4..... 40**

TRAJETOS E DESAFIOS: O QUE DIZ O COORDENADOR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE SÃO LUÍS?


Maria José de Melo e Alvim Aguiar  
Maria José Albuquerque Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214094>

### **CAPÍTULO 5..... 51**

IGUALDADE DE GÊNERO E ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: relações possíveis

Elisângela Santos de Amorim  
Letícia Régia Gomes Souza  
Sônia Giselly Karolczyk Correia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214095>

### **CAPÍTULO 6..... 65**

CURRÍCULO: AVANÇOS E RETROCESSOS À LUZ DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Mariana Guelero do Valle  
Sônia Giselly Karolczyk Correia

Letícia Régia Gomes Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214096>


**CAPÍTULO 7..... 78**

**CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Cristiane Dutra Ribeiro Habibe

Leila Fernanda Mendes Everton Rego

Maria José Albuquerque Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214097>

**CAPÍTULO 8..... 88**

**ENTRE CONVERSÇÕES: CURRÍCULO E FILOSOFIA**

João Ferreira da Páscoa Filho

Raimundo Nonato Assunção Viana


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214098>

**CAPÍTULO 9..... 98**

**ESTUDOS CURRICULARES INCLUSIVOS NO CAMPO DA MATEMÁTICA**

Rosangela dos Santos Rodrigues

Raimundo Luna Neres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5662214099>

**CAPÍTULO 10..... 108**

**DIVERSIFICAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Ísis de Paula Santos Mendonça

Jailson Araujo Cipriano

Lívia da Conceição Costa Zaquero


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140910>

**CAPÍTULO 11..... 119**

**DEFICIÊNCIA VISUAL E ENSINO DE QUÍMICA: um panorama sobre as pesquisas inseridas no contexto nacional**

Fabiane Silva Martins

Clara Virgínia Vieira Carvalho Oliveira Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140911>

**CAPÍTULO 12..... 127**

**A ARTE CONTEMPORÂNEA COMO CONTEÚDO DO CURRÍCULO DE ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Maria de Jesus dos Santos Diniz


João Fortunato Soares de Quadros Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140912>

**CAPÍTULO 13..... 137**

**A REPRESENTAÇÃO DO TAMBOR DE CRIOLA COMO ELEMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA**


Antonio de Assis Cruz Nunes  
Marcos Aurelio dos Santos Freitas  
Rosinelia Machado Barbosa  
Sônia Luzia Nogueira da Fonseca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140913>

**CAPÍTULO 14..... 147**

**A EDUCAÇÃO FÍSICA E O CURRÍCULO ESCOLAR QUILOMBOLA**


Élia Poliene Correia Araújo  
Willian Costa Rosa  
Raimundo Nonato Assunção Viana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140914>

**CAPÍTULO 15..... 157**

**MAPAS MENTAIS E MAPAS CONCEITUAIS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE BIOLOGIA**


Ana Telma da Silva Miranda  
Mariana Guelero do Valle

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140915>

**CAPÍTULO 16..... 171**

**DOCÊNCIA E ENSINO HÍBRIDO: CONCEPÇÕES DE PARIDADE NA CULTURA DIGITAL**

Shirlene Coelho Smith Mendes  
Jermamy Gomes Soeiro  
João Batista Botenttuit Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.56622140916>

## TRAJETOS E DESAFIOS: O QUE DIZ O COORDENADOR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE SÃO LUÍS?

**Maria José de Melo e Alvim Aguiar**

<http://lattes.cnpq.br/9476862030794128>  
Universidade Federal do Maranhão  
São Luís-MA

**Maria José Albuquerque Santos**

Universidade Federal do Maranhão  
São Luís-MA  
<http://lattes.cnpq.br/7813056400960470>

**RESUMO:** O texto relata uma trajetória do coordenador pedagógico em seus caminhos históricos e legais. Com trechos narrativos sobre impressões e experiências vivenciadas por esse profissional no exercício de suas atividades, o texto, advém de uma pesquisa bibliográfica e documental de cuja abordagem qualitativa encaminha-se à ancorar-se na pesquisa autobiográfica como fruto de um trabalho maior expresso na dissertação intitulada “Costurando narrativas pelos fios da coordenação pedagógica em contexto curricular da Educação Infantil”, da qual extraiu-se esse texto com base em autores Horta (2007), Saviani (2010) Placco (2012), Orsolon (2003), Libâneo (2004), objetiva-se rever desafios circunscritos à coordenação pedagógica no trajeto legal dos documentos normativos revendo as contribuições possíveis ao campo educacional da qual confere a importância do coordenador ao processo formativo, participante das decisões e projetos pedagógicos construídos em âmbito da escola local ou dos entes federados, encontra-se a participação desse profissional e suas possibilidades de contribuições à educação.

**PALAVRAS-CHAVES:** Coordenador pedagógico; documentos normativos; desafios do coordenador.

**PATHS AND CHALLENGES: WHAT DOES THE PEDAGOGICAL COORDINATOR OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN SÃO LUÍS SAY?**

**ABSTRACT:** The text reports a trajectory of the pedagogical coordinator in his historical and legal paths. With narrative excerpts about impressions and experiences lived by this professional in the exercise of his activities, the text comes from a bibliographic and documentary research whose qualitative approach is based on autobiographical research as a result of a greater work expressed in the dissertation entitled “Sewing narratives through the threads of pedagogical coordination in the curricular context of Early Childhood Education”, from which this text was extracted based on authors Horta (2007), Saviani (2010) Placco (2012), Orsolon (2003), Libâneo (2004), the objective is to review challenges limited to pedagogical coordination in the legal path of normative documents, reviewing the possible contributions to the educational field which gives the importance of the coordinator to the training process, participant in decisions and pedagogical projects built within the local school or entities federated, there is the participation of this professional and their possibilities of contributions to education.

**KEYWORDS:** Pedagogical coordinator; norma-

tive documents; coordinator challenges.

## INTRODUÇÃO

Referir-se aos profissionais de educação que atuam no espaço escolar, é possível encontrar a figura do coordenador pedagógico exercendo diversas funções perpassadas pelo apoio ao gestor escolar, famílias, estudantes, corpo docente, demais funcionários, mas também à Secretaria de Educação, quando a escola é pública. As multifacetadas assumidas pelo coordenador, como profissional da educação, reverberam em responsabilidades que lhes demandam ações vigoradas ao espaço educativo, do qual requer habilidades e competências diversificadas e complexas.

Dessa forma, é interessante rever desafios e impressões do coordenador pedagógico, enquanto sujeito atuante no processo educativo à luz de um trajeto histórico que ora o reconhece, ora o sucumbe; ora lhe confunde em funções, ora lhe requer em atribuições, bem como sua notoriedade legal em documentos normativos que ainda, quando omitem sua principal terminologia – coordenador pedagógico, exige-lhe atitudes coordenadoras no âmbito escolar, entrelaçando-se a possíveis contribuições e possibilitadas desse profissional.

O texto se desdobra por um estudo, recortado da pesquisa dissertativa<sup>1</sup>, que aborda atividade do coordenador pedagógico em seu contexto histórico e legal para identificar possíveis e pertinentes desafios. Trafega por documentos e literatura científica e encontra os autores Horta (2007), Saviani (2010) Placco (2012), Orsolon (2003), Libâneo (2004) para ajudar a pensar esse estudo que tem como metodologia a pesquisa autobiográfica acolhida em Sousa (2016) dentre outros, subsidiada pela entrevista narrativa fundamentada em Jovechelovitch e Bauer (2010) para construir um instrumento para coleta de informações da qual denominados de cartas narrativas e destas explicitamos alguns trechos recolhidos das narrativas de coordenadoras da Educação Infantil da Rede Municipal de São Luís, rever essas descobertas nos ajudam a continuar explorando essa temática com vistas em uma continuidade desse projeto investigativo que traz como protagonista a fala do coordenador em serviço.

Propomos assim, itens auxiliares da exposição, neste texto, do percurso estudado: “Por onde andou o coordenador pedagógico?”; “Um encontro com documentos legais”; “E os desafios, o que diz sr. coordenador pedagógico?”; “Para continuar perguntando, não vamos concluir!”.

Enfim, questionamos: “por onde andou o coordenador?”, em busca de suas marcas

---

1 A dissertação “Costurando narrativas pelos fios da coordenação pedagógica em contexto curricular da Educação Infantil”, um estudo investigativo defendido e aprovado em 2021, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e teve como orientanda e orientadora, respectivamente, a autora e coautora deste texto.

históricas, enveredamos propondo apontar pistas que mostram esse trajeto no item que se segue.

## **POR ONDE ANDOU O COORDENADOR PEDAGÓGICO?**

O coordenador pedagógico, ao longo de seu trajeto histórico de profissional, configura-se como sujeito de múltiplas faces deliberadas por diferentes atribuições e atividades, desde inspetor, supervisor, orientador, até chegar ao que realmente se propõe a fazer – coordenar. A expansão dessas atribuições atravessam tempos determinados por contextos ideologicamente marcados por fatores políticos, econômicos e culturais explícitos ao longo da história. A exemplo dos estudos de Horta (2007) que expõem referências, no decorrer dos tempos, à nomenclatura desse profissional: inspetor; bedel; professor; orientador, caracterizando a persona do coordenador no âmbito educativo pelas atividades a ele atribuída, assim como Rangel (2006) evidencia essa equivalência terminológica, referindo o coordenador pedagógico e as atividades de coordenação, à orientação pedagógica; supervisão escolar, educacional, pedagógica; coordenação de turno, de área ou disciplina.

Historicamente, a institucionalização do processo educativo é marcado pelo ensino jesuítico (1549), por ele percebemos a inserção e a sutileza da presença do coordenador pedagógico, na figura eclesiástica, através das ações desenvolvidas nesse âmbito: preceituar normas, regras, objetivos e conteúdos de ensino ao supervisionar o ensino e coordenar a metodologia do Plano de Estudos da Companhia de Jesus - *Ratio Studiorum* (1570) uma abreviação d Ratio ataque Institutio Studiorum Societis Jesu.

A saída dos jesuítas do Brasil, denuncia a atividade docente exercida por leigos despertando um pressionamento por formação de professores para que o ensino não se resuma ao caráter religioso e vocacional, mas atenda as demandas da emergente comunidade formada por pequenos comerciantes e artesãos que funda vilarejos e evolui à cidades no final do século XVIII. E após dez anos, tem-se a Reforma Pombalina (1759) que institui a metodologia de 'Ensino Mútuo', Savianni (2010) aponta para o objetivo de unificar docência e supervisão na escola de Primeiras Letras, tendo a Coroa como outorgante da nomeação de professores e responsável pelos planos de estudo e inspeção escolar, conferimos o ideário da coordenação pedagógica nessa articulação,

Estendendo-se à Primeira República o curioso relatório de Chicorro Gama (ministro no império) em 1834 declara a premência de um supervisor para as escolas com atribuição de elaborar provas; verificar avaliação; correção de livros; supervisionar instituições; autorizar abertura de escola privada; conferir diplomas, atribuições que não distam do proposto ao coordenador pedagógico nos dias atuais. Mas foi em 1868, segunda metade do século XIX, que o estado de São Paulo cria o cargo de Inspetor de Distrito para

organizar e regulamentar a instrução pública e apenas em 1941 o Estatuto dos Funcionários Públicos prevê cargos para diretor, inspetor e delegado escolar através de provas e títulos segundo Domingues (2015). O trajeto histórico da coordenação pedagógica, ainda que sob diferentes nomenclaturas estabelece-se em resumo em atividades atribuídas à supervisão escolar como Horta (2007, p. 46) bem resume:

A supervisão pedagógica tinha como serviço, junto às unidades escolares, de início a formulação das diretrizes e normas pedagógicas do sistema como um todo e a inspeção, controle e supervisão das atividades educativas. O segundo requisito seria a organização das escolas, dosando e graduando os conteúdos pelas séries.

A passagem do coordenador pedagógico pelo Brasil Colônia e Império, deflagrada em aspectos comuns, adentra o século XX um tempo com perspectiva de diversidade cultural, crescimento econômico, política e ideológica, a educação torna-se alvo para um possível progresso. Aguiar, Melo e Santos (2020, p. 357) pontuam que a década de 1920 “[...]acirra-se o desejo por modernização, inclusive no campo educacional, buscando novas tendências pedagógicas, refletidas no desejo de romper com o tradicionalismo curricular vivido ainda nos moldes jesuíticos.”. Esse contexto é motivador da corrida à profissionalização de educadores a partir de um Plano Nacional de Educação tendo a inspeção escolar incumbências instituídas pelo “o decreto nº 3.356, de 1921, que regulamentou a Lei nº 1.750, de fiscalizar a técnica do ensino, a disciplina dos alunos e a idoneidade, a assiduidade e a eficiência do professor” Horta (2007, p.57).

O caráter prescritivo, assumido pelo coordenador como: inspetor, supervisor, inspetor escolar, fiscalizador de metodologia e ensino, acirra-se ao receber status de especialista, segundo Saviane (2010) se dá pelo estatuto da profissionalização em cursos, formações. Um técnico educacional que acompanha e atende as mudanças conjunturais no país e profissional disponibilizado para atuar junto às demandas formativas. Demandas estas diferenciadas pelos contextos político, social, cultural e econômico que se desenvolvem no país em seus determinados tempo. Entretanto o desafio assumido do coordenador pedagógico se faz pela necessidade de coordenar, apesar das deliberações impostas à sua atividade, esse profissional traz marcas e exemplos de competência histórica de articular atividades significativa no âmbito escolar, como rememora, em entrevista a Venas (2013, p. 44-45), a professora Atta do Colégio Central na Bahia entre os anos de (1950 -1964), sobre a equipe de coordenadores que ali trabalhavam: “[...]Então, primeiro essa ideia da coletivização, segundo essa ideia da continuidade, [...]o que eu fazia muito era coordenar, me preocupava com o grupo, com o desenvolvimento do grupo que tá crescendo e você tem que estar atento ao crescimento do grupo.”.

Entretanto, o raço perceptivo sobre a pessoa do coordenador na escola, arrasta-se aos dias atuais com a iminência desafiadora a ser ainda vista na narrativa da coordenadora

Emmanuelle Costa ao recordar seu início em uma escola de Educação Infantil da Rede Municipal de São Luís.

Ao chegar na escola, já sabia que algo a meu respeito já havia sido ventilado nos 'bastidores', pois ainda se tem o coordenador pedagógico como um fiscal direto da nossa secretaria. Aflição? Incertezas? Dúvidas? ... um pouco de tudo sim. Mas o foco era voltado completamente para a qualidade da educação ofertada na UEB<sup>2</sup> e como o coordenador pedagógico pude contribuir para a continuidade de sua melhoria, não como alguém que sabe, alguém que possui uma fórmula mágica, mas essencialmente como alguém que abriu espaço para as audições de seus pares, com a devida sensibilização que cada um tem uma forma singular de interpretar a realidade e que devem ser respeitados nas suas limitações. (COORDENADORA PEDAGÓGICA EMMANUELLE COSTA).

Fernandes (2009, p. 5) destaca que a função de coordenador pedagógico “[...] nasceu junto com a inovação educacional, com a perspectiva democrática de trabalho e com a possibilidade de concretização de uma escola com projetos diferenciados e inovadores.”. No entanto, o silêncio historicamente imposto ao coordenador, sob o manto deliberativo da supervisão pedagógica constrói a imagem limitante de sua atividade: inspeção; fiscalização; repassador de informações, ao invés de coordenar colaborativamente atividades formativas junto à comunidade educativa.

Dessa forma adentramos, a seguir, por referenciar desafios postos diante de leis norteadoras do sistema educacional brasileiro, a fim de clarificar seu trajeto no campo legal de sua atividade.

## UM ENCONTRO COM DOCUMENTOS LEGAIS

As muitas reformas educacionais implantadas em vários estados brasileiros seguem com a solicitude do coordenador, em que as tratativas legais iniciam por demarcar nacionalmente, pela Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 5.692/1971 no Artigo 34, a formalização do coordenador pedagógico, apesar de não assumir essa terminologia, mas a de “especialista”. Esse Artigo precede abertura de concurso para essa função e, em diferentes estados há o arranjo para incorporar todas as atribuições desenvolvidas por esse profissional ao longo da história: na Bahia, compila-se as funções de orientação vocacional e supervisão à *atividade do coordenador pedagógico*; São Paulo, o coordenador especialista passa a assumir-se como orientador educacional e supervisor escolar a partir de 1977, conforme Venas (2012).

Um trecho da narrativa de Ramos (2011, p. 18), enquanto coordenadora pedagógica concursada em 1990 pela Rede Municipal de São Luís, registra o termo ‘supervisor’ para referenciar sua atividade: “No início da década de 1990, [...] na rede municipal de educação

<sup>2</sup> UEB – Unidade de Educação Básica, sigla identificadora das escolas da Rede Municipal da capital maranhense.



em São Luís – MA e no lugar de supervisora – condição adquirida por aprovação em concurso público [...]”.

A Rede Municipal de São Luís, sob a égide do Decreto nº 26.774 de 13<sup>3</sup> de setembro de 2004 convoca, pedagogos concursados pelo Diário Oficial do Município nº 153 de 12 de agosto de 2004, a assumirem o cargo de “Especialista em Educação” com responsabilidade geral de coordenar, orientar, supervisionar, acompanhar e fazer formação continuada junto aos professores. Cotidianamente chama-se coordenador pedagógico, pois a terminologia “Especialista em Educação” é usada apenas documentalmente. Meados de 2008 a Lei nº 4931, de 07 de abril de 2008 no capítulo I, Art. 2º dispõe sobre o “professor suporte pedagógico - PSP”, referindo-se ao coordenador pedagógico. O termo, traz aparente descaracterização às atividades desempenhadas e assumidas no âmbito escolar, conforme assentam estudiosos dessa temática: Libâneo (2004); Placco (2012); Orsolon (2001), sobretudo por apontarem como atividade de coordenação a articulação, mediação entre os pares; conhecimento; propostas pedagógica, assim como sua atuação no planejamento, no processo formativo, ou seja, não figura apenas como um suporte, um apoio, mas um profissional que de fato realiza um trabalho educativo conjuntamente ao corpo docente como a gestão e comunidade.

Portanto, o desafio do coordenador, perpassado historicamente para se apresentar como profissional participativo na escola, cruza o trajeto legal para se fazer notória sua efetivação. Seguindo em busca de sua legitimidade, encontra-se nos documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNEB)/2010 registradas em Brasil (2013, p. 57) subsídios asseguradores de sua existência e possibilidades de contribuições:

§ 2º Para os efeitos do disposto no §5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

A lei apresenta ao coordenador um trajeto a galgar, respaldado em sua existência e sua contribuição à dinâmica educativa, mas não assegura a conquista desse espaço, pois as relações históricas construídas, sobre sua pessoa, atribui-lhe desafios interpessoais a serem transpostos, Vituriano (2008) aconselha sobre a compreensão necessária ao coordenador para se fazer presente e exercer suas atividades na escola: reconheça os limites de seu trabalho; enfrente resistências; interfira nas formas de relacionamentos da instituição para remediar conflitos em diferentes ambientes; empreenda transformações na cultura organizacional posta no cotidiano escolar através do olhar diferenciado e questionador. As

3 Arquivo pessoal e documental da pesquisadora – Termo de posse do concurso público.

observações feitas pela autora supracitada, ainda contemplam reminiscências narradas de coordenadoras da Rede Municipal de São Luís.

“Primeiros dias na escola foram tensos! Mais precisamente o primeiro ano, pois não fui aceita com bons olhos.” (COORDENADORA PEDAGÓGICA TIA BELONGUINA). “Primeiramente, estabeleci vínculos com o grupo, através de encontros formativos que priorizavam a afetividade.” (COORDENADORA PEDAGÓGICA SILVINHA). “[...]E era assim que ia pra escola e ao chegar lá a recepção era fria, com olhar e palavras de não aceitação! [...]quando comecei a participar das formações de coordenadores eu me abria com algumas colegas e elas comentavam o mesmo que não eram aceitas!” (COORDENADORA PEDAGÓGICA TIA BELONGUINA).

Por esse contexto, o coordenador de Educação Infantil, depara-se com o mais recente dos documentos normativos a integrar a política nacional de Educação Básica, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consolidada em 2017, como retrata a coordenadora Emmanuelle Costa sobre o impacto desse documento ao fazer pedagógico: “Apesar de assustador, o desafio lançado pela nova BNCC para a coordenação é a volta aos estudos para uma nova ‘roupagem do currículo’”.

A BNCC aponta o horizonte à proposta estadual e conseqüentemente municipal - Proposta Curricular da Rede Municipal de Educação de São Luís” (em construção, colocada sob consulta pública em novembro de 2019), conta com participação de técnicas da secretaria de educação – SEMED, acompanhamento pedagógico, professores, gestoras e coordenadoras pedagógicas, com intuito de (re)pensar a Educação Infantil. Destacamos dois tópicos desse documento que abordam atividade do coordenador pedagógico: “Organização do Trabalho Pedagógico” e “Formação dos Professores”, mas não o referenciam como agente colaborador do processo educacional: atribuições, possibilidades de contribuição e delineamento de atividades não são explicitados, sobretudo no que tange à coordenação do espaço infantil. O tratamento dado ao coordenador pelas linhas documentais da proposta reverbera em ação sentida por coordenadores e sintetizada na narrativa a seguir.

Sabe, quando se tem uma roupa rasgada que precisa ser tirada, mas não tem outra para vestir!? Era assim que sentia a Educação Infantil com as orientações repassadas à escola, querendo uma roupa nova, mas que ainda não tem, estávamos ficando nus. (COORDENADORA PEDAGÓGICA BETÂNIA).

Entretanto, a revisão, em 2010, das Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil mobilizou a Rede Municipal a repensar suas práticas pedagógicas a partir de formações que traziam como temática ideias postas pelas DCNEI, culminando com o curso “Docência na Educação Infantil<sup>4</sup>”, formado por duas turmas, contou com professores e

---

4 O curso lacto sensu, no período de 2013-2014, esteve sob gestão da UFMA, tendo a professora Telma Chahini e o professor José Carlos de Melo como responsáveis pela coordenação do curso.

coordenadores da Rede Municipal da Educação Infantil e participação de apenas duas técnicas da SEMED (não responsáveis pela formação de coordenadores pedagógicos), mas ainda assim desempenhou um papel preponderante na disseminação de conhecimento e apropriação de conceitos voltados para o trabalho com crianças no espaço escolar, desencadeou na Rede a premência de estudo e revisão da prática pedagógica.

Apesar dos muitos estudos, há também muitos conflitos, pois o sentimento de mudança diante do novo gera dúvidas do que e do como fazer no espaço infantil, tendo em vista, a ausência de um plano de contingenciamento para aplicabilidade da proposta veiculada no âmbito de estudos e literatura recente sobre educação de criança. Portanto, escrita do nome, conhecimento das letras do alfabeto são criticadas, a brincadeira, mesmo sendo atividade principal da criança, não teve um estudo que permitisse apropriação desse conhecimento, e inquietações e angústias se aglomeram quando o coordenador tenta repassar essas informações.

Contudo, há um crescente incentivo a postagem de fotos e vídeos, acerca das dinâmicas, atividades e projetos, em grupo de *WhatsApp* da escola, na tentativa de se saber como as escolas estão trabalhando com as crianças. Mas é mister que se registre, como fruto de pesquisa de campo, a depreciação do espaço escolar: instalações elétricas, alvenaria e reformas sem durabilidade para um ano; não se tinha brinquedos, nem parquinhos; limitado acervo de livros; sem diversidade de papéis, material de higiene, a falta de insumos era constante; sem ventiladores ou ventilação natural e até sala sem nenhuma janela, mas coordenadores e professores tentavam articular o real com o ideal.

Desse contexto, vislumbramos atividades outorgadas ao coordenador pedagógico deflagradas em desafios de seu trajeto de vivência, experiência. Assim iniciamos o item “E seus desafios, o que diz sr. coordenador pedagógico?” para pensarmos nesse profissional como sujeito de fala ante a projetos, leis, documentos e ensinos, eis que surge o sujeito.

## **E OS DESAFIOS, O QUE DIZ SR. COORDENADOR PEDAGÓGICO?**

O pertinente desafio de dialogar a teoria, nas formações de coordenação, com propostas à prática docente, no depreciado espaço escolar, torna-se paradoxo a ser desvelado pelo coordenador sob a incumbência de fomentar a formação em serviço junto aos professores. Afinal, o que se estuda entre os pares de coordenação precisa ser ampliado à escola, entretanto a o campo conceitual ainda é raso e a proposta do que a Rede Municipal realmente propõe não está, ainda, assimilada, o que dificulta o trabalho da coordenação. É como reflete a coordenadora Betânia da Educação Infantil de São Luís “Percebo mesmo, que muitas discussões foram necessárias sobre a Educação Infantil, mas muitas não foram bem encaminhadas: talvez pelo distanciamento da situação real da vivência nas escolas.”

Essa perspectiva elucida a fala de Franco (2016, p.26) ao assentar que a coordenação é uma atividade complexa que requer clareza de posição política, pedagógica, pessoal e administrativa, pois é uma ação ética e por mais competente que seja o coordenador, este carece do comprometimento da equipe para desenvolver ações pedagógicas que traduzam os princípios educativos eleitos pelo grupo. Dessa forma é que se pensa na fala e na escuta do coordenador como agente educativo e sujeito iminente de potencial formador no âmbito escolar. Todavia esse espaço de fala precisa ser garantido, assegurando-lhe o direito de se posicionar e aprender, transformar e ser transformado.

O silêncio a ser rompido pelo coordenador se dá pela necessidade de ser ouvido em suas necessidades tendo em vista o ranço histórico construído na relação pedagógica. E esse é um desafio ao processo educacional, pois a coordenação e suas atividades não se ocultam à antecipação de julgamentos, consequentemente à relações entre os pares, mas sofre o preconceito formado sobre sua atividade. Entender, o coordenador pedagógico como profissional que deve ser acolhida por seu processo formativo, seus supervisores é um trajeto principiado como salutar a seu próprio crescimento profissional.

Lembramos de uma escola do Ensino Fundamental que coordenamos, em 2004, com dozes salas de aula e mais uma escola anexo (seis salas) distantes em 300m uma da outra. Tínhamos desafios que possivelmente comprometeram nossa atuação, ainda que contássemos com profissionais contratados para a secretaria, mas nos ajudavam na operacionalização da dinâmica pedagógica: desde a entrada; substituição de professor ausente; arrumação de biblioteca ou monitoramento da área de vivência no horário de lanche. Falávamos: “-Estamos ilhados, cercados de salas por todos os lados!”. Preocupávamos em querer melhorar, fazer pedagógico, ou seja, o ‘como fazer’ também nos impulsiona a estudar, mas, o sentimento de ilha se expandia.

Enquanto espaço de potência educativa, formativa o coordenador se alinha nesse contexto tentando superar suas incertezas, inseguranças e limitações amplificadas no jogo do organização do trabalho pedagógico, o qual não se restringe à escola, mas perpassa por instâncias superiores respaldando ou não suas atividades, e, por vezes, o coordenador se encontra solitário nesse trajeto. A exemplo da lembrança da coordenadora Silvinha ao dizer: “Uma das minhas lembranças mais marcantes desse início na Educação Infantil, foi a falta de organização na parte administrativa, onde não se conseguia localizar documentos necessários para dar suporte ao trabalho pedagógico.

Por certo, atividade do coordenador absorve diferentes responsabilidades das quais se entrelaçam a organização pedagógica e que afetam em maior ou menor grau assistência junto aos docentes e se reverbera como pressuposto à qualidade do processo educativo o qual é interdependente da gestão escolar quanto secretarial e todas as decisões, apoio ou falta dele respinga diretamente no trabalho do coordenador. O argumento de Libâneo (2004) sintetiza essa ideia:

O *coordenador pedagógico* responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino. A coordenação pedagógica tem como principal atribuição a assistência pedagógico-didática aos professores, para se chegar a uma situação ideal de qualidade de ensino construir e administrar situações de aprendizagem adequadas às necessidades educacionais dos alunos. (LIBÂNEO, 2004, p. 219).

Os desafios postos ao coordenador, estende-se a condição para exercer atividades atribuídas de forma corroborativa junto ao docente e discente, como também ser ouvido em suas necessidades enquanto pessoa, profissional, mediador das relações educativas processadas no cotidiano educativo, tendo em vista, articulação feita junto à equipe pedagógica se dá a todo o tempo, a fim de se construir uma cultura educativa, com foco nos desdobramentos que a dinâmica educativa exige como acompanhamento, planejamentos, projetos, proposta, documentos, avaliações, conforme alerta Silva (2012).

## **PARA CONTINUAR PERGUNTANDO, NÃO VAMOS CONCLUIR!**

Os tempos e as experiências se cruzam e mostram que o trajeto profissional do coordenador se prolifera por distintos contextos; circunscreve nuances, requerendo um constante e refinado conhecimento, perpassado por fundamentação teórica concatenada a uma prática contemplativa da realidade e da necessidade objetiva em que o processo pedagógico se desdobra. É dessa conjuntura que o coordenador precisa atuar para relacionar o coletivo da escola e promover democraticamente discussões significativas ao desenvolvimento do corpo docente. Portanto, o desafio permanente impelido ao coordenador é de não ser um elemento alienado e nem alienante, mas pensante, transformador, um agente promotor de conhecimento, com habilidade interpessoal que medeiam diálogos, perspectiva, propostas e um currículo m que o espaço narrativo seja garantido como espaço de cultura e partilha de experiências.

Chegamos ao ponto de sempre questionarmos o que o coordenador declara sobre seus desafios, sobre suas experiências, sua trajetória considerando o trajeto histórico em que envolve sua persona, mas que hoje, alarga-se a saber como viabiliza atividade de coordenação, como ele se articula junto aos seus pares; como se processa seus fazeres e saberes e como compartilha suas necessidades em se tratando de Rede Pública, que tem por princípio partir de uma mesma orientação?

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. J. de M. e A.; MELO, José Carlos de; SANTOS, Maria José Albuquerque. Do assistencialismo aos cuidados de crianças pequenas: rastros históricos, vestígios curriculares. *Revista Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 7, n. 6, p. 349-361, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/70>. Acesso em: 10 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica de 2010. Brasília, DF: MEC/SEB/DICEL, 2013a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf).
- DOMINGUES, I. O coordenador pedagógico: e a formação contínua do docente na escola. São Paulo: Cortez, 2015. E-book.
- JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HORTA, P. R. T. Identidades em jogo: duplo mal-estar das professoras e das coordenadoras pedagógicas do Ensino Fundamental I na constante construção de seus papéis. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Alternativa, 2004.
- ORSOLON, L. A. M. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. de S. (orgs.). *O coordenador pedagógico e o espaço de mudança*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- PLACCO, V. M. N. de S.; SOUZA, V. L. T. de S. Desafios ao coordenador pedagógico no trabalho coletivo da escola: intervenção ou prevenção? In: PLACCO, V. M. N. de S.; ALMEIDA, L. R. de (orgs.). *O coordenador pedagógico e os desafios da educação*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- RAMOS, C. de M. M. N. O papel da professora no desenvolvimento humano da criança pré-escolar sob o enfoque da teoria histórico-cultural. 2011. 141 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília, 2011.
- RANGEL, M. Supervisão: do sonho à ação: uma prática em transformação. In: FERREIRA, N. S. C. (org.). *Supervisão Educacional para uma escola de qualidade*. São Paulo: Cortez. 2006.
- SAVIANNI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.
- SILVA, M. da. O trabalho articulador do coordenador pedagógico: a integração curricular. In: PLACCO, V. M. N. de S.; ALMEIDA, L. R. de. *O coordenador pedagógico e os desafios da educação*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- SOUZA, E. C. de; OLIVEIRA, R. de C. M. Pesquisa (auto)biográfica e o cotidiano escolar: diálogos teórico-metodológicos. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 182-203, jun./out. 2016. Número especial.
- VENAS, R. F. Transformações ocorridas na função do coordenador pedagógico, na rede estadual da Bahia (1950 a 2011): alguns apontamentos sociopolíticos, legais e históricos. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- VITURIANO, H. M. de M. Formação continuada em uma concepção crítico-reflexiva: desafios aos coordenadores-formadores de professores nas escolas da rede municipal de São Luís. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# SABERES E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO:

múltiplos olhares



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# SABERES E PERSPECTIVAS

# NA EDUCAÇÃO:

múltiplos olhares



**Atena**  
Editora  
Ano 2022